

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	37
<i>Da internet à nova ordem computacional</i>	<i>37</i>
1. O DIREITO DE UM MUNDO QUE MUDOU DE CAMADA.....	37
2. QUATRO ONDAS: A FORMAÇÃO DO DIREITO DIGITAL BRASILEIRO.....	38
3. O TRIÊNIO QUE REESCREVEU A DISCIPLINA (2024 A 2026)	39
4. DA INTERNET À NOVA ORDEM COMPUTACIONAL: O ARGUMENTO DESTES LIVRO	41
5. O BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA: FRAGMENTOS DE UM SISTEMA.....	42
6. MÉTODO, ESTRUTURA E APARATO DIDÁTICO DA OBRA.....	43
7. A QUEM SERVE ESTE LIVRO E COMO LÊ-LO NO TEMPO	44

PARTE I

FUNDAMENTOS DO DIREITO DIGITAL

CAPÍTULO 1

A SOCIEDADE DIGITAL E A AUTONOMIA DO DIREITO DIGITAL	49
<i>O que muda no Direito quando a sociedade que ele regula passa a viver, decidir e conflitar dentro de sistemas computacionais?.....</i>	<i>49</i>
1. DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO À SOCIEDADE ALGORÍTMICA: TRÊS DÉCADAS DE MUTAÇÃO TECNOLÓGICA E JURÍDICA.....	49
2. HISTÓRIA DO DIREITO DIGITAL BRASILEIRO: DAS PRIMEIRAS LEIS AO ECOSISTEMA REGULATÓRIO DE 2026.....	51
3. AUTONOMIA, FONTES E MÉTODO: LEI, REGULAÇÃO SETORIAL, AUTORREGULAÇÃO E CORREGULAÇÃO	54
4. CONSTITUCIONALISMO DIGITAL E A EC Nº 115/2022: PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL	57
5. DIREITOS DIGITAIS FUNDAMENTAIS: ACESSO, INCLUSÃO, AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E DEVIDO PROCESSO INFORMACIONAL.....	59

6. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	61
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	64

CAPÍTULO 2

GOVERNANÇA E ARQUITETURA DA INTERNET..... 65

<i>Quem manda na internet, e por que a resposta brasileira a essa pergunta virou referência mundial?</i>	65
1. AS CAMADAS DA REDE: FÍSICA, LÓGICA E DE CONTEÚDO.....	65
2. PROTOCOLOS, ENDEREÇAMENTO IP E O SISTEMA DE NOMES DE DOMÍNIO	68
3. GOVERNANÇA MULTISSETORIAL: ICANN, IGF, CGI.BR E NIC.BR.....	69
4. O REGISTRO .BR E OS CONFLITOS DE NOMES DE DOMÍNIO (SACI-ADM E JUDICIÁRIO).....	71
5. A DIMENSÃO MATERIAL DA REDE: CABOS SUBMARINOS, BACKBONES, PONTOS DE TROCA DE TRÁFEGO E DATA CENTERS.....	73
6. GEOPOLÍTICA DA GOVERNANÇA DA INTERNET: FRAGMENTAÇÃO, SPLIN-INTERNET E MULTILATERALISMO.....	75
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	77
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	80

CAPÍTULO 3

MARCO CIVIL DA INTERNET E A RELEITURA DO STF 81

<i>Pode a lei obrigar alguém a vigiar o que milhões publicam, sem transformar a rede num tribunal privado?</i>	81
1. PRINCÍPIOS, GARANTIAS E DIREITOS DOS USUÁRIOS.....	81
2. NEUTRALIDADE DE REDE: REGRA, EXCEÇÕES E ZERO RATING.....	82
3. GUARDA DE REGISTROS, PRIVACIDADE E REQUISIÇÃO DE DADOS.....	84
4. O REGIME DE RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES: DO ART. 19 À DECISÃO DO STF NOS TEMAS 987 E 533	85
5. DEVER DE CUIDADO, REMOÇÃO MEDIANTE NOTIFICAÇÃO E CONTEÚDOS GRAVEMENTE ILÍCITOS	87
6. DEVIDO PROCESSO INFORMACIONAL, TRANSPARÊNCIA E AUTORREGULAÇÃO REGULADA.....	90
7. O FUTURO LEGISLATIVO PÓS-STF: CENÁRIOS PARA UM NOVO REGIME DE RESPONSABILIDADE.....	92
8. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	94
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	97

CAPÍTULO 4

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: LGPD E A NOVA ANPD	99
<i>A quem pertence o rastro que cada pessoa deixa no mundo digital, e quem responde quando ele é traído?</i>	<i>99</i>
1. DA PRIVACIDADE À PROTEÇÃO DE DADOS: EVOLUÇÃO CONCEITUAL E COMPARADA.....	99
2. LGPD: FUNDAMENTOS, BASES LEGAIS, PRINCÍPIOS E DIREITOS DOS TITULARES.....	101
3. AGENTES DE TRATAMENTO, GOVERNANÇA, ENCARREGADO E RELATÓRIO DE IMPACTO	104
4. A ANPD COMO AGÊNCIA REGULADORA: NOVOS PODERES, REGULAMENTOS E CULTURA DE ENFORCEMENT.....	105
5. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS E DECISÕES DE ADEQUAÇÃO	107
6. PROTEÇÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DECISÕES AUTOMATIZADAS, PERFILAMENTO E MINERAÇÃO DE DADOS.....	109
7. REGIME SANCIONADOR E JURISPRUDÊNCIA FORMATIVA (STJ E TRIBUNAIS)	111
8. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	113
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	116

PARTE II**RELAÇÕES PRIVADAS NA ERA DIGITAL****CAPÍTULO 5**

CONTRATOS ELETRÔNICOS E COMÉRCIO DIGITAL.....	119
<i>Vale o contrato que ninguém leu, fechado com um clique, perante uma máquina? ...</i>	<i>119</i>
1. FORMAÇÃO E VALIDADE DO CONTRATO ELETRÔNICO: CONSENTIMENTO, CLIQUE E CONDUTA.....	119
2. DOCUMENTO ELETRÔNICO, ASSINATURAS E A INFRAESTRUTURA ICP-BRASIL	121
3. COMÉRCIO ELETRÔNICO E O DECRETO Nº 7.962/2013: INFORMAÇÃO, ATENDIMENTO E ARREPENDIMENTO.....	123
4. SMART CONTRACTS E CONTRATOS ALGORÍTMICOS: AUTOEXECUÇÃO, ORÁCULOS E PATOLOGIAS.....	125
5. MARKETPLACES, CADEIAS CONTRATUAIS E ALOCAÇÃO DE RISCOS.....	127
6. ASSINATURAS DE SERVIÇOS DIGITAIS, RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA, CANCELAMENTO E PORTABILIDADE	128
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	130
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	132

CAPÍTULO 6**RESPONSABILIDADE CIVIL DIGITAL..... 135**

Quando o dano nasce do algoritmo, quem paga: quem programou, quem lucrou ou quem clicou? 135

1. TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE APLICADA AO AMBIENTE DIGITAL..... 135
 2. RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE APLICAÇÕES APÓS A RELEITURA DO ART. 19..... 138
 3. DANOS ALGORÍTMICOS: RECOMENDAÇÃO, MODERAÇÃO, PRECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO AUTOMATIZADA 139
 4. IA GENERATIVA: RESPONSABILIDADE POR OUTPUTS, ALUCINAÇÕES E CONTEÚDO SINTÉTICO..... 141
 5. VAZAMENTO DE DADOS E DANO MORAL: A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.... 144
 6. PLATAFORMAS DE INTERMEDIÇÃO: TRANSPORTE, ENTREGA, HOSPEDAGEM E MARKETPLACE..... 145
 7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO..... 148
- REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS..... 150

CAPÍTULO 7**PROPRIEDADE INTELECTUAL E AS CRIAÇÕES DA MÁQUINA 153**

A máquina que cria, criando a partir de tudo o que a humanidade já criou, deve algo a alguém? 153

1. DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET: REPRODUÇÃO, COMPARTILHAMENTO E LIMITAÇÕES 153
 2. PROTEÇÃO JURÍDICA DO SOFTWARE E REGIME DE LICENÇAS 155
 3. MARCAS, NOMES DE DOMÍNIO E CONCORRÊNCIA DESLEAL DIGITAL..... 156
 4. MINERAÇÃO DE TEXTOS E DADOS (TDM) E O TREINAMENTO DE MODELOS DE IA: O DEBATE NO PL Nº 2.338/2023 157
 5. OBRAS GERADAS POR IA: AUTORIA, TITULARIDADE E DOMÍNIO PÚBLICO..... 162
 6. NFTs, ATIVOS DIGITAIS CRIATIVOS E TOKENIZAÇÃO DE OBRAS..... 164
 7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO..... 165
- REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS..... 168

CAPÍTULO 8**DIREITO DO CONSUMIDOR DIGITAL..... 171**

O consumidor que negocia com uma interface desenhada para vencê-lo ainda é o vulnerável de sempre, ou é algo mais?..... 171

1. CDC E AMBIENTE DIGITAL: VULNERABILIDADE AGRAVADA E ASSIMETRIA INFORMACIONAL..... 171

2. PUBLICIDADE DIGITAL, PERFILAMENTO COMPORTAMENTAL E DARK PATTERNS	173
3. INFLUENCIADORES DIGITAIS: PUBLICIDADE OCULTA, RESPONSABILIDADE E AUTORREGULAÇÃO (CONAR)	176
4. CRÉDITO ALGORÍTMICO E SUPERENDIVIDAMENTO DIGITAL (LEI Nº 14.181/2021).....	178
5. SEGURANÇA DE PRODUTOS CONECTADOS E RECALL DIGITAL.....	179
6. SENACON, PROCONS E O ENFORCEMENT DO CONSUMO DIGITAL.....	181
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO	182
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	185

PARTE III

OS NOVOS MERCADOS REGULADOS: A FRONTEIRA DO DIREITO DIGITAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 9

REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E CONCORRÊNCIA 189

Quanto poder privado uma democracia pode tolerar sobre a circulação da palavra e do comércio?..... 189

1. PLATAFORMAS COMO INFRAESTRUTURAS PRIVADAS DE INTERESSE PÚBLICO: GATEKEEPERS E EFEITOS DE REDE.....	189
2. O MODELO EUROPEU: DIGITAL SERVICES ACT E DIGITAL MARKETS ACT....	191
3. O DEBATE BRASILEIRO: DO PL Nº 2.630/2020 À REGULAÇÃO ECONÔMICA DAS PLATAFORMAS (PL Nº 4.675/2025) E O PAPEL DO CADE.....	193
4. MODERAÇÃO DE CONTEÚDO COMO FUNÇÃO NORMATIVA PRIVADA: TERMOS DE USO, SANÇÕES E DEVIDO PROCESSO	197
5. TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA, AUDITORIA E ACESSO A DADOS PARA PESQUISA.....	198
6. ASSIMETRIAS TRIBUTÁRIAS E CONCORRENCIAIS DA ECONOMIA DE PLATAFORMAS	199
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO	201
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	204

CAPÍTULO 10

DIREITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL..... 205

Quem responde quando a decisão já não é apenas executada pela máquina, mas produzida por ela? 205

1. CONCEITOS TÉCNICOS ESSENCIAIS PARA JURISTAS: MODELOS, TREINAMENTO, INFERÊNCIA E AGENTES	205
2. MODELOS REGULATÓRIOS COMPARADOS: AI ACT EUROPEU, ABORDAGEM NORTE-AMERICANA E MODELO CHINÊS.....	208

3.	PL Nº 2.338/2023: CLASSIFICAÇÃO POR RISCO, DIREITOS DOS AFETADOS, SISTEMA NACIONAL DE GOVERNANÇA E SANÇÕES.....	210
4.	A TRAMITAÇÃO NA CÂMARA: COMISSÃO ESPECIAL, APENSAMENTOS DE 2026 E A AGENDA DE VOTAÇÃO	212
5.	IA NO PODER JUDICIÁRIO: RESOLUÇÃO CNJ Nº 615/2025 E EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	214
6.	IA NOS SETORES REGULADOS: SAÚDE, SISTEMA FINANCEIRO E TELECOMUNICAÇÕES	216
7.	GOVERNANÇA CORPORATIVA DE IA: AVALIAÇÃO DE IMPACTO, COMPLIANCE E RESPONSABILIDADE	218
8.	SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	220
	REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	223

CAPÍTULO 11

O DIREITO DAS BETS: APOSTAS DE QUOTA FIXA E JOGOS ON-LINE ... 225

Como se regula, em três anos, um mercado que movimentou bilhões e que por um século foi contravenção?..... 225

1.	DA PROIBIÇÃO À LEGALIZAÇÃO: OITO DÉCADAS EM TRÊS ATOS	225
2.	A LEI Nº 14.790/2023 E O MERCADO REGULADO: OUTORGA, SPA, SIGAP E O DOMÍNIO BET.BR.....	228
3.	A TRIBUTAÇÃO DO SETOR: GGR, A ESCALADA DA LC Nº 224/2025 E O IMPOSTO DO APOSTADOR.....	230
4.	PUBLICIDADE E JOGO RESPONSÁVEL: ENTRE A AUTORREGULAÇÃO E A TUTELA DOS VULNERÁVEIS	231
5.	O CONTENCIOSO CONSTITUCIONAL: AS ADIS 7721 E 7723 E A PROTEÇÃO INSUFICIENTE	233
6.	O COMBATE AO MERCADO ILEGAL: A ASFIXIA FINANCEIRA COMO TÉCNICA REGULATÓRIA.....	235
7.	INTEGRIDADE ESPORTIVA E MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS	238
8.	PERSPECTIVA COMPARADA: REINO UNIDO, MALTA E COLÔMBIA	239
9.	SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	240
	REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	243

CAPÍTULO 12

CRIPTOATIVOS, BLOCKCHAIN E DREX 245

O que é o dinheiro quando ele vira código, e quem o guarda quando não há cofre?.... 245

1.	FUNDAMENTOS TÉCNICOS: BLOCKCHAIN, TOKENS, STABLECOINS E FINANÇAS DESCENTRALIZADAS	245
2.	A LEI Nº 14.478/2022 E O MARCO LEGAL DOS ATIVOS VIRTUAIS	248
3.	A REGULAÇÃO DO BANCO CENTRAL: PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ATIVOS VIRTUAIS E O PACOTE NORMATIVO DE 2025 E 2026	249
4.	CVM, VALORES MOBILIÁRIOS TOKENIZADOS E OFERTAS PÚBLICAS	252

5.	DREX: A MOEDA DIGITAL DE BANCO CENTRAL E A CAMADA DE LIQUIDAÇÃO DA ECONOMIA TOKENIZADA.....	254
6.	TRIBUTAÇÃO, PREVENÇÃO À LAVAGEM E TUTELA JUDICIAL DE CRIPTOATIVOS	255
7.	SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	258
	REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	261

CAPÍTULO 13

O SISTEMA FINANCEIRO DIGITAL: PIX, OPEN FINANCE E FINTECHS... 263

O sistema financeiro mais digitalizado do mundo é também o mais seguro, ou apenas o mais rápido? 263

1.	A AGENDA REGULATÓRIA DO BANCO CENTRAL E A COMPETIÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO	263
2.	PIX: ARQUITETURA JURÍDICA DE UMA INFRAESTRUTURA PÚBLICA DE PAGAMENTOS.....	264
3.	OPEN FINANCE: CONSENTIMENTO, PORTABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA CADEIA DE DADOS.....	266
4.	FINTECHS, BANCOS DIGITAIS E BANKING AS A SERVICE: LICENÇAS E RESPONSABILIDADE.....	268
5.	FRAUDES FINANCEIRAS DIGITAIS: MECANISMO ESPECIAL DE DEVOLUÇÃO, GOLPES E REPARTIÇÃO DE PERDAS	270
6.	CRÉDITO ALGORÍTMICO, ESCORAGEM E NÃO DISCRIMINAÇÃO	273
7.	SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	274
	REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	277

CAPÍTULO 14

DIREITO DOS GAMES E DO ENTRETENIMENTO DIGITAL..... 279

Jogo é cultura, indústria ou risco, e o que acontece quando são os três ao mesmo tempo? 279

1.	O MARCO LEGAL DOS GAMES (LEI Nº 14.852/2024): CONCEITOS, FOMENTO E LIBERDADE DE CRIAÇÃO	279
2.	CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, PROTEÇÃO DE MENORES E A INTERFACE COM O ECA DIGITAL.....	281
3.	ESPORTS: CONTRATOS DE ATLETAS, ENTIDADES E INTEGRIDADE COMPETITIVA.....	283
4.	LOOT BOXES, MECÂNICAS DE MONETIZAÇÃO E A FRONTEIRA COM AS APOSTAS.....	285
5.	STREAMING, ECONOMIA DOS CRIADORES E MONETIZAÇÃO DE CONTEÚDO	287
6.	PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS GAMES: ENGINES, MODS, SKINS E USER GENERATED CONTENT.....	288
7.	SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	290
	REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	293

PARTE IV

PESSOA, TRABALHO E DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL

CAPÍTULO 15

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DIGITAL: O ECA DIGITAL 297

Como se protege uma infância que cresce dentro de plataformas desenhadas para capturar a atenção de adultos? 297

1. A LEI Nº 15.211/2025: GÊNESE, ÂMBITO DE APLICAÇÃO E O CONCEITO DE ACESSO PROVÁVEL 297
2. VERIFICAÇÃO ETÁRIA E O FIM DA AUTODECLARAÇÃO 299
3. SUPERVISÃO PARENTAL E VINCULAÇÃO DE CONTAS DE MENORES DE DEZESSEIS ANOS 300
4. DESIGN ADEQUADO À IDADE, SEGURANÇA POR PADRÃO E GESTÃO DE RISCOS DESDE A CONCEPÇÃO 302
5. INFLUENCIADORES MIRINS: MONETIZAÇÃO, SEXUALIZAÇÃO VEDADA E TUTELA PATRIMONIAL 304
6. ENFORCEMENT: ANPD, DECRETOS REGULAMENTARES DE 2026 E CRO-NOGRAMA DE FISCALIZAÇÃO 306
7. PERSPECTIVA COMPARADA: COPPA, ONLINE SAFETY ACT E AGE APPROPRIATE DESIGN CODE 307
8. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO 309
- REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS 312

CAPÍTULO 16

TRABALHO NA ERA DIGITAL 313

Quem é o patrão quando o chefe é um algoritmo, e o que resta da subordinação quando ela vira estatística? 313

1. TELETRABALHO E TRABALHO HÍBRIDO: O REGIME DA CLT REFORMADA ... 313
2. TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS: SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA E O TEMA 1.291 DO STF 315
3. GESTÃO ALGORÍTMICA: MONITORAMENTO, PRODUTIVIDADE E PRIVACIDADE DO TRABALHADOR 318
4. IA NO RECRUTAMENTO E NAS DECISÕES DE RH: TRANSPARÊNCIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO 321
5. DIREITO À DESCONEXÃO E SAÚDE MENTAL DIGITAL 321
6. MODELOS REGULATÓRIOS COMPARADOS E AS PROPOSTAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS 323
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO 326
- REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS 329

CAPÍTULO 17

CRIMES CIBERNÉTICOS E PROVAS DIGITAIS	331
<i>Como se prova um crime cujo lugar é toda parte e cuja arma cabe no bolso?</i>	<i>331</i>
1. TIPOLOGIA DOS CRIMES CIBERNÉTICOS: DA LEI Nº 12.737/2012 À LEI Nº 14.155/2021	331
2. FRAUDES ELETRÔNICAS, ENGENHARIA SOCIAL E ESTELIONATO DIGITAL...	335
3. DEEPFAKES E VIOLÊNCIA DIGITAL: A LEI Nº 15.123/2025 E OS CRIMES COM CONTEÚDO SINTÉTICO	337
4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: CONVENÇÃO DE BUDAPESTE E A CONVENÇÃO DA ONU SOBRE CIBERCRIME	338
5. PROVA DIGITAL: CADEIA DE CUSTÓDIA, PRESERVAÇÃO, OSINT E PERÍCIA	341
6. MEDIDAS INVESTIGATIVAS, INTERCEPTAÇÃO E GARANTIAS PROCESSUAIS.....	343
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	345
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	348

CAPÍTULO 18

DEMOCRACIA DIGITAL, ELEIÇÕES E DESINFORMAÇÃO	349
<i>Sobrevive a democracia quando a mentira fala com a voz e o rosto de qualquer um?.....</i>	<i>349</i>
1. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES NO AMBIENTE DIGITAL.....	349
2. DESINFORMAÇÃO: CONCEITOS, TAXONOMIA E RESPOSTAS REGULATÓRIAS.....	350
3. ELEIÇÕES E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: AS RESOLUÇÕES DO TSE E O CICLO DE 2026	351
4. DEEPFAKES ELEITORAIS, ROTULAGEM DE CONTEÚDO SINTÉTICO E RESPONSABILIDADE DAS CAMPANHAS.....	354
5. IMPULSIONAMENTO, MICRODIRECIONAMENTO E FINANCIAMENTO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA	357
6. O PAPEL DAS PLATAFORMAS NA INTEGRIDADE INFORMACIONAL APÓS O PRECEDENTE DO STF.....	358
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	360
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	363

PARTE V**ESTADO, SOBERANIA E A NOVA ORDEM COMPUTACIONAL****CAPÍTULO 19**

GOVERNO DIGITAL E CIDADANIA DIGITAL	367
--	------------

<i>O Estado que só existe pelo aplicativo inclui mais, ou exclui melhor?</i>	367
1. A LEI Nº 14.129/2021 E OS PRINCÍPIOS DO GOVERNO DIGITAL	367
2. GOV.BR, IDENTIDADE DIGITAL E INTEROPERABILIDADE DE BASES	369
3. IA NO SETOR PÚBLICO: DECISÕES AUTOMATIZADAS ESTATAIS E DEVIDO PROCESSO.....	372
4. SAÚDE DIGITAL E TELEMEDICINA: O MARCO DA LEI Nº 14.510/ 2022.....	373
5. EDUCAÇÃO DIGITAL E LETRAMENTO (LEI Nº 14.533/2023).....	374
6. CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE TECNOLOGIA, NUVEM GOVERNAMENTAL E DADOS ABERTOS.....	375
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	377
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	380

CAPÍTULO 20

CIBERSEGURANÇA E INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS

<i>De que vale um direito digitalmente garantido se a infraestrutura que o sustenta pode ser desligada?</i>	381
1. A POLÍTICA NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA (DECRETO Nº 11.856/2023) E SUA GOVERNANÇA.....	381
2. O DEBATE INSTITUCIONAL: AGÊNCIA NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA E OS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO	383
3. INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS: ENERGIA, TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMA FINANCEIRO	385
4. NOTIFICAÇÃO DE INCIDENTES, RESPOSTA E RESILIÊNCIA OPERACIONAL	387
5. RANSOMWARE, ATAQUES À CADEIA DE SUPRIMENTOS E SEGUROS CIBERNÉTICOS	389
6. PERSPECTIVA COMPARADA: NIS2 E CYBER RESILIENCE ACT	390
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	392
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	395

CAPÍTULO 21

O INTERRUPTOR DA INTELIGÊNCIA: INTERVENÇÃO ESTATAL E SOBERANIA DE ACESSO

<i>Pode um governo desligar uma inteligência, e o que sobra da soberania alheia quando ele pode?</i>	397
1. O CASO FABLE 5 E MYTHOS 5: ANATOMIA DE UMA SUSPENSÃO	397
2. O CASO SOL, TERRA E LUNA: A INTERVENÇÃO QUE VIROU MÉTODO.....	400
3. A LIBERAÇÃO COM RESSALVAS E OS LIMITES JURÍDICOS DA INTERVENÇÃO	402
4. CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS: A CORRIDA PELA SOBERANIA DA IA... ..	405
5. O ESPELHO BRASILEIRO: O CASO DA IA CARIOCA E O ALERTA DA SOBERANIA POSSÍVEL.....	407

6. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	409
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	412

CAPÍTULO 22

A NOVA ORDEM COMPUTACIONAL: SOBERANIA, INFRAESTRUTURA E AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO

413

Quem governa o território onde nenhuma bandeira tremula, mas onde tudo, energia, dados e decisão, acontece?.....

413

1. A CAMADA MATERIAL DO DIREITO DIGITAL: DATA CENTERS, NUVEM E PODER COMPUTACIONAL	413
2. A POLÍTICA NACIONAL DE DATA CENTERS E O REDATA: DA MP Nº 1.318/2025 AO PL Nº 278/2026.....	415
3. NUVEM SOBERANA, RESIDÊNCIA COMPUTACIONAL E LOCALIZAÇÃO DE DADOS.....	418
4. CONECTIVIDADE ESTRATÉGICA: 5G, CONSTELAÇÕES DE SATÉLITES E CABOS SUBMARINOS	420
5. FRONTEIRAS REGULATÓRIAS: NEURODIREITOS, COMPUTAÇÃO QUÂNTICA E AMBIENTES IMERSIVOS	421
6. AGENDA BRASILEIRA DO DIREITO DIGITAL RUMO A 2030.....	423
7. SÍNTESE DOGMÁTICA DO CAPÍTULO.....	425
REFERÊNCIAS BÁSICAS E LEITURAS RECOMENDADAS.....	429

CONCLUSÃO..... 431

O direito depois da internet.....

431

REFERÊNCIAS..... 437

I. LEGISLAÇÃO, ATOS NORMATIVOS E PROPOSIÇÕES NACIONAIS	437
II. NORMAS INTERNACIONAIS E ESTRANGEIRAS	443
III. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	443
IV. DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E FONTES PRIMÁRIAS	444
V. DOUTRINA.....	445

ANEXO A..... 447

ANEXO B..... 451

ANEXO C..... 455